

## Vereador investigado no caso Marielle pede federalização do processo

O vereador Marcello Siciliano (PHS-RJ), investigado no inquérito que apura o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em abril deste ano, pediu neste sábado (15/12) a federalização do caso e maior transparência nas investigações. Ele disse que a federalização é um ato que deve ser solicitado pela Procuradoria-Geral da República.

Reprodução/Facebook



Vereadora Marielle Franco foi assassinada em março, no Rio de Janeiro.  
Reprodução/Facebook

Siciliano negou seu envolvimento na morte de Marielle Franco, de quem se disse muito amigo, e lembrou que quando ocorreu a primeira denúncia, ele se mostrou à disposição da Justiça. Passados nove meses do crime, o vereador disse que permanece à disposição das autoridades 24 horas por dia.

O vereador qualificou de midiática a operação feita nesta sexta (14/12) de busca e apreensão pelo Ministério Público do estado e Polícia Civil em sua residência e em seu gabinete na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Ele atribuiu o fato à proximidade do fim da intervenção federal no Rio e à pressão exercida por parte da sociedade, da Anistia Internacional e organizações de direitos humanos para resolver o crime, que têm repercussão internacional.

“Eu quero também que isso seja desvendado, mas de forma verídica, de forma digna. Eu não sei porque resolveram me pegar para 'cristo' desse crime que eu não cometi, não tive participação, nunca teria”. O vereador acrescentou que a operação de ontem (14/12) foi um “desrespeito à minha família, à minha história de vida, um desrespeito contra meus filhos, minha mãe, e um desrespeito também à família da Marielle. Um desrespeito a todos aqueles que gostam e que querem realmente a verdadeira verdade e não uma pessoa criada, que é o que estão fazendo comigo”, ressaltou.

### Transparência no caso

Marcello Siciliano reiterou o pedido quando depôs na Delegação de Proteção ao Meio Ambiente, na Cidade da Polícia, de maior transparência para o caso.

O carro onde se encontravam Marielle Franco e Anderson Gomes foi alvejado quando passava pelo



bairro do Estácio, zona norte do Rio de Janeiro. Os autores dos disparos estavam em outro veículo e fugiram. No mês seguinte ao crime, um ex-miliciano que depôs na condição de testemunha citou o nome de Siciliano. Além do vereador, o depoente implicou o ex-policial militar Orlando de Araújo, conhecido como Orlando Curicica, que atualmente está preso em decorrência de condenação por outros crimes.

Segundo a testemunha, o homicídio estaria relacionado com a atuação de Marielle em áreas comandadas por milicianos vinculados à Orlando Curicica, na zona oeste do Rio de Janeiro. Na época, Siciliano já havia negado participação no crime. O ex-policial também refutou as acusações.

### **Grilagem de terras**

O vereador negou também qualquer interesse em questões fundiárias que, segundo entrevista do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Richard Nunes, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, teriam sido o real motivo do assassinato de Marielle, diante de sua interferência em interesses de milicianos sobre loteamento de terras na periferia da capital fluminense.

Siciliano assegurou não ter participação em grilagens. Disse que o único fracionamento de terra em que se meteu foi há 20 anos, em Vargem Grande, onde inclusive morou com a família durante mais de dez anos. Negou participação em loteamentos na comunidade Nova Palmares, onde estariam tentando atribuir vínculos a ele. “Qual será a próxima? Será que vão tentar me matar e dizer que eu fui uma queima de arquivo porque estava chegando (ao esclarecimento do caso)?”

Segundo Siciliano, “mataram uma vereadora e estão me matando junto. Estão querendo me jogar em uma jaula. Eu peço a federalização desse caso. Ninguém mais do que eu quer a transparência disso”.

Também disse ter entregado todos os documentos, computador e celular à polícia. “Eu não devo nada, não temo nada. Tudo meu foi entregue na delegacia”. De acordo com o vereador, a Delegacia de Homicídios não tem mais condição de seguir adiante com esse processo, que deve ser tornado público para todos.

Aconselhado por vereadores a pedir proteção policial, Siciliano disse que vai avaliar essa hipótese com seus advogados Carlos Lube e Daniel Fiúza, que o acompanhavam durante a entrevista. *Com informações da Agência Brasil.*

### **Date Created**

15/12/2018